



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

**Processo nº:** 00600-00004876/2020-17-e.  
**Órgão de Origem:** Secretaria de Estado de Saúde - SES/DF.  
**Assunto:** Aposentadoria.  
**Ementa:**  
- Examina-se a legalidade de ato de aposentadoria voluntária de servidor do quadro da SES/DF, José da Costa Cordeiro Filho;  
- Decisão nº 3.684/2020: Diligência;  
- Instrução: Pelo registro tácito;  
- MPC: Convergente, com adendo de que, após o efetivo registro do ato concessório e iniciada a fluência do prazo fixado no art. 54 da Lei federal nº 9.784/1999, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/2001, determine, de ofício, que o Corpo Técnico reavalie a concessão, submetendo-a, com a urgência que o caso requer, à apreciação do Plenário;  
- **VOTO:** Convergente, com o adendo proposto pelo *Parquet*.

## RELATÓRIO

Tratam os autos do exame de ato de aposentadoria voluntária, com proventos integrais, de servidor do quadro da SES/DF, José da Costa Cordeiro Filho, conforme extrato do módulo SIRAC juntado aos autos.

2. O Corpo Instrutivo se manifestou por meio do documento eletrônico 32327E9F-e (peça 51), esclarecendo o seguinte:

*“Examina-se, na oportunidade, o ato de aposentadoria do servidor em epígrafe.*

*O Controle Interno opina pela legalidade da presente concessão.*

*Por intermédio da Decisão nº 3684/2020, o Tribunal determinou o que se segue:*

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) determinar o retorno do ato em diligência para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF: I – providencie a anexação de parecer conclusivo da Comissão Permanente de Acumulação de Cargo sobre a licitude da acumulação de cargos, bem como sobre a compatibilidade de horários, com base nas folhas de ponto dos dois cargos, as quais deverão ser anexadas à aba "Anexos e Observações" (anos de 2013, 2012, 2011, 2010, 2009 e 2008), considerando os termos da Decisão nº 6069/2017; II – informe o servidor sobre esta decisão para que, se entender necessário, apresente razões de defesa, no prazo de 30 (trinta) dias; 2) autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins”.*

*O prazo para cumprimento das diligências foi prorrogado pelas Decisões nºs 5320/2020, 955/2021, 3321/2021 e 4685/2021, além do Despacho nº 181/2021.*

*Verifica-se que foram anexadas as folhas de ponto provenientes da SES/DF (40h/semana) e apenas parte das folhas de ponto da SES/GO (20h/semana),*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

*onde se verificou um grande número de registros denominados “sem cumprimento da carga horária semanal de 40 horas: mês todo” e casos isolados de jornadas sobrepostas ou jornadas exaustivas.*

*Foram elaborados os quadros de compatibilidade e emitidos pareceres de licitude e de compatibilidade não conclusivos. O servidor foi devidamente notificado para apresentar defesa, entretanto, não o fez.*

*Embora não tenha sido determinado o sobrestamento da análise do ato até o trânsito em julgado da ADI nº 2014.00.2.028783-4, verifica-se o longo cômputo de tempo ponderado estatutário essencial para a concessão da aposentadoria.*

*Sobre essa questão, tendo em vista o trânsito em julgado do RE 1.014.286 (Tema 942), retorna o ato para análise, em razão do cumprimento da diligência determinada na Decisão nº 2851/2021.*

*Com efeito, restou autorizado pelo STF, até a edição da Emenda Constitucional nº 103/2019, o direito à conversão, em tempo comum, do período prestado em regime estatutário sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público (inciso III do §4º do art. 40 da CRFB), nos termos do Tema 942 de Repercussão Geral (RE 1.014.286).*

*Os reflexos da mencionada decisão do STF são objeto de análise no Processo nº 0060000001196/2021-14-e, em trâmite neste Tribunal.*

*Entretanto, cumpre destacar que a presente concessão chegou a este Tribunal para análise há mais de 05 anos, prazo decadencial aplicável aos Tribunais de Contas para análise dos atos sujeitos a registro por força da tese firmada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 445 e Decisão nº 3.770/2021, razão pela qual se considera tacitamente registrada a concessão em exame.”.*

3. E, ao final, propondo:

*“Pelo exposto, sugere-se ao Tribunal:*

*I - ter por cumprida a Decisão nº 3684/2020;*

*II - considerar tacitamente registrado o ato de concessão em exame, por força da tese de Repercussão Geral n.º 445 julgada pelo Supremo Tribunal Federal e conforme parâmetros delineados na Decisão n.º 3.770/2021, proferida no Processo n.º 0600-00000146/2020-39, ressaltando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão n.º 77/2007, adotada no Processo n.º 24.185/2007;*

*III - autorizar o arquivamento dos autos.”.*

4. O Ministério Público de Contas agasalha a sugestão da Unidade Técnica de considerar tacitamente registrado o ato de concessão em exame, por entender que os autos tramitam há mais de 5 anos neste Tribunal, mas propõe adendo de que: “... após o efetivo registro do ato concessório e iniciada a fluência do prazo fixado no art. 54 da Lei federal nº 9.784/1999, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/2001, determinar, de ofício, que o Corpo Técnico reavalie a concessão, submetendo-a, com a urgência que o caso requer, à apreciação do Plenário”.

*“(…”)*

*20.No entanto, importante tecer algumas considerações adicionais no presente caso. Para isso, transcreve-se a Decisão nº 3.770/2021, proferida em processo que abrigou estudos especiais que tiveram a finalidade de avaliar as repercussões, no âmbito do TCDF, do citado julgado proferido em sede do RE nº 636.553/RS:*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, que aderiu aos ajustes apresentados pelo Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I – autorizar o levantamento do sobrestamento determinado pelo item I da Decisão nº 2.943/2020, tendo em vista o trânsito em julgado do RE 636.553/RS; II – conhecer os estudos especiais em análise para, diante do julgamento, pelo STF, do RE 636.553/RS, deliberar que: a) o prazo para julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, por parte do Tribunal de Contas, é decadencial de 05 (cinco) anos, ininterrupto, “tout court”, que, uma vez atingido, faz com que o ato seja considerado tacitamente apreciado, isto é, tacitamente registrado, com base na segurança jurídica e na proteção da confiança; b) o prazo mencionado no item anterior não se confunde com o prazo decadencial de 05 (cinco) anos a contar do registro do ato, tácito ou expresso, pelo Tribunal de Contas, para que se proceda à sua revisão com base no artigo 54 da Lei nº 9.784/1999; c) considera-se como marco inicial do prazo decadencial quinquenal definido pelo STF no Tema nº 445 de Repercussão Geral, o ingresso do ato no TCDF para análise, seja por meio eletrônico ou físico, uma vez que é nesse momento que a Corte toma conhecimento do ato sujeito a registro e possui condições de analisá-lo; d) o registro tácito se dá no dia seguinte ao do fim do prazo para análise pelo Tribunal de Contas, termo inicial do prazo decadencial para revisão (artigo 54 da Lei nº 9.784/1999), e não da decisão que reconheça o registro tácito, meramente declaratória; e) a análise posterior dos aspectos financeiros dos atos concessórios por força da Decisão nº 77/2007 não suspende ou interrompe os prazos quinquenais decadenciais quanto a esses aspectos, que devem ser analisados nos mesmos prazos dos atos sujeitos a registro; f) conforme discussão quando da definição do Tema nº 445/STF, o entendimento quanto ao prazo quinquenal a contar do ingresso do ato no Tribunal de Contas possui caráter prospectivo, não acarretando qualquer consequência a atos já julgados, com decisão de mérito pelo registro ou pela negativa de registro, mas sendo plenamente aplicável aos atos em análise, em trâmite nos tribunais de contas, ainda que publicados anteriormente à definição da tese; g) as conclusões advindas do estudo em análise se aplicam a todos os atos elencados no inciso III do artigo 71 da CF/88 - admissões, aposentadorias, reformas e pensões civis e militares –, uma vez que os fundamentos jurídicos que embasaram a decisão do RE 636.553/RS (Tema n.º 445) aplicam-se igualmente a todos os atos sujeitos a registro; h) muito embora a apreciação inicial dos atos sujeitos a registro (art. 71, inciso III, CF) prescindia da participação dos interessados, conforme dispõe a Súmula Vinculante nº 3 do STF, com assento na balança da razoabilidade, considera-se salutar a prática de ofertar razões de defesa preliminares aos interessados, possivelmente atingidos por atos contrários aos seus interesses; III – ordenar à Segecex que, em conjunto com a Sefipe: a) identifique, entres os atos constantes da base de dados do Sistema de Registro de Admissões e Concessões (SIRAC) pendentes de julgamento, aqueles que, à luz da decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal - STF no Recurso Extraordinário nº 636.553/RS, devem ser considerados tacitamente registrados; b) identifique, entre os atos selecionados segundo o critério acima, aqueles que contenham algum tipo de ilegalidade e cujos prazos para revisão de ofício encontram-se em curso, adotando medidas sistematizadas para que sejam, com a maior brevidade possível, submetidos aos procedimentos de revisão de ofício, com fulcro no artigo 54 da Lei nº 9.784/1999, c/c o artigo 260, § 2º, do RI/TCDF; c) confeccione relatório com as informações relativas aos atos tacitamente registrados, não mais passíveis de revisão de ofício, a ser submetido ao conhecimento desta Corte, com proposta de arquivamento dos processos correspondentes e ciência dos órgãos de*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

*origem, sem prejuízo das determinações corretivas para situações não convalidadas pelo registro tácito; d) informe ao Plenário, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas com vistas ao cumprimento das determinações acima, bem como os eventuais obstáculos a serem enfrentados, no âmbito do TCDF, com indicação das possíveis soluções, para que possa ser impedida a convalidação indevida do maior número possível de atos de concessão de pessoal, em estrita observância do dever definido no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal; IV – determinar ao Corregedoria Geral do Distrito Federal – CGDF que, quando da análise de sua alçada, adote as providências necessárias e cabíveis para integral saneamento dos atos de admissão ou de concessão, previamente ao envio a esta Corte de Contas, manifestando-se conclusivamente acerca de eventual acumulação de cargos ou de quaisquer outras irregularidades que possam inviabilizar o registro, abstendo-se de encaminhá-los com a mera indicação das impropriedades detectadas; V – autorizar a implementação de ajustes nos módulos do SIRAC e no e-TCDF para o controle automatizado dos prazos decadenciais, conforme definido nesta decisão; VI – dar ciência desta decisão aos jurisdicionados; VII – autorizar o arquivamento dos autos.”*

21. Vê-se, portanto, dos trechos acima destacados, que **existem dois prazos quinquenais a serem observados.**

22. O **primeiro**, está relacionado ao período que possui a Corte de Contas para exercer seu mister constitucional de aferição, para fins de registro, da legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões. Fixou o STF, em repercussão geral, como acima destacado, que os Tribunais de Contas terão 5 anos para apreciá-las, **não havendo causa suspensiva ou interruptiva para obstar a sua fluência**. Ultrapassado esse prazo, sem análise conclusiva, registra-se tacitamente o ato.

23. O **segundo**, por seu turno, possui fundamento no art. 54 da Lei federal nº 9.784/1999, recepcionada pelo Distrito Federal por meio da Lei nº 2.834/2001. Ou seja, possui o TCDF o prazo de 5 anos, a contar do registro da aposentadoria, **tácito ou expresso**, para rever a concessão, o que, na visão do MPC/DF, possibilita ao Tribunal reavaliar os requisitos das aposentadorias, reformas e pensões. Esse prazo quinquenal também foi asseverado pelo Plenário no **Decisum** supracitado, especificamente no seu item **II.b**.

24. Recorde-se que, conforme os documentos acostados nos autos e a defesa apresentada pelo servidor, **não constam informações probatórias capazes de comprovar o real cumprimento da carga horária total, inviabilizando a concessão da aposentadoria com carga horária de 40 horas semanais.**

25. Quanto à ponderação do tempo trabalhado em condições especiais, destaco que restou autorizado pelo STF, até a edição da Emenda Constitucional nº 103/2019, o direito à conversão, em tempo comum, do período prestado em regime estatutário sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público (inciso III do §4º do art. 40 da CRFB), nos termos do Tema 942 de Repercussão Geral (RE 1.014.286).

26. Outrossim, os reflexos da mencionada decisão do STF são objeto de análise no Processo nº 00600-00001196/2021-14-e, em trâmite neste Tribunal.

27. Ante o exposto, o Ministério Público de Contas sugere ao Plenário **considerar tacitamente registrado o ato de concessão em exame**, com fundamento na decisão proferida pelo STF no RE nº 636.553/RS (Tema 445 de Repercussão Geral), sem prejuízo de, **após o efetivo registro do ato concessório e iniciada a fluência do prazo fixado no art. 54 da Lei federal nº 9.784/1999**, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/2001,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

determinar, de ofício, que o Corpo Técnico reavalie a concessão, submetendo-a, com a urgência que o caso requer, à apreciação do Plenário.  
(Os grifos constam do original).

É o relatório.

## **VOTO**

5. Nesta assentada, examina-se a legalidade de ato de aposentadoria voluntária de servidor do quadro da SEE/DF, José da Costa Cordeiro Filho.

6. O Corpo Técnico manifestou-se por meio da Informação constante da peça 51, considerando tacitamente registrado o ato de concessão em exame, por força da tese de Repercussão Geral 445 julgada pelo Supremo Tribunal Federal e conforme parâmetros delineados na Decisão nº 3.770/2021, proferida no Processo nº 0600-00000146/2020-39.

7. Instado a se manifestar, o MPC, mediante o Parecer nº 61/2022-G2P (peça 54), agasalhou a proposta de registro tácito com o adendo de que: *“... após o efetivo registro do ato concessório e iniciada a fluência do prazo fixado no art. 54 da Lei federal nº 9.784/1999, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/2001, determinar, de ofício, que o Corpo Técnico reavalie a concessão, submetendo-a, com a urgência que o caso requer, à apreciação do Plenário”*.

8. Ao analisar o feito, entendo que não merece reparo o encaminhamento proposto pelo Corpo Técnico acolhido pelo *Parquet*, razão pela qual adoto a mencionada instrução como razões de decidir, ressaltando o não acolhimento o adendo proposto pelo MPC.

9. Com efeito, de acordo com informações que constam no Sirac, o ato ingressou neste Tribunal em 11.11.2016, ou seja, transcorridos mais de 5 anos desde a entrada no TCDF.

10. Desse modo, nos termos da Decisão nº 3.770/2021, impõe-se o reconhecimento da decadência em razão de decurso de prazo superior a 5 anos, desde o ingresso destes autos nesta Corte de Contas, e, em consequência, o ato em exame deve ser considerado tacitamente registrado, com base na segurança jurídica e na proteção da confiança.

11. No tocante ao adendo proposto pelo *Parquet*, considero que, uma vez transcorrido o prazo de 5 anos, o poder-dever de, no exercício da competência de controle externo conferida pela Constituição (art. 71, III, CF/88), julgar, para fins de registro, a legalidade das concessões de aposentadorias ou pensões, exauriu-se em razão da decadência, não havendo mais possibilidade para, em sede de revisão, examinar de ofício a compatibilidade de carga horária do servidor.





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

12. Outrossim, aceitar a tese defendida pelo *Parquet* equivaleria a admitir que o prazo para controle de ato concessivo de aposentadoria ou pensão poderia chegar a 10 anos (cinco anos para apreciação da legalidade do ato e mais cinco anos para exercício do poder de autotutela, que cabe a Administração Pública e não ao Controle Externo), o que, me parece, desvirtuaria a tese fixada no Tema 445 de Repercussão Geral.

13. Cabe aqui anotar, no tocante à compatibilidade de horários entre os cargos, que, se o servidor deixou de cumprir a carga horária do cargo de professor, cabe, nos termos do artigo 48 da LC 840/2011, a notificação do servidor para apresentar opção no prazo de 10 dias ou, se o servidor não fizer a opção, a autoridade competente deverá instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apuração e regularização imediata.

14. Desse modo, caso se entenda que o feito deve prosseguir em sede de revisão, em respeito ao devido processo legal, deve-se determinar a instauração de procedimento adequado para apurar as falhas cometidas pelo servidor público em atividade, que, nos termos da LC 840/2011, constitui-se em instauração de procedimento administrativo disciplinar.

15. Não obstante, de qualquer forma, considero razoável, no presente caso, levar em conta o entendimento do eminente Conselheiro Renato Rainha, no Processo nº 00600-00000540/2020-77-e, no sentido de que “... *mesmo na hipótese de ter ocorrido alguma incompatibilidade de horários durante o exercício dos cargos acumulados, a Administração não poderia ter se omitido na correção de possíveis falhas, pois cabia a ela aferir, concretamente, a jornada de trabalho respectiva em cada um dos cargos acumulados, de modo a atender com a eficácia necessária a demanda das atividades exercidas.*” (grifei), razão pelo qual a decisão mais acertada é de arquivamento dos presentes autos.

16. Por fim, impende registrar que este Relator acatou a divergência levantada pelo i. Conselheiro Inácio Magalhaes, ratificada pelos demais Conselheiros, no sentido de acolher a proposta do MPC de “... *considerar tacitamente registrado o ato de concessão em exame, com fundamento na decisão proferida pelo STF no RE nº 636.553/RS (Tema 445 de Repercussão Geral), sem prejuízo de, após o efetivo registro do ato concessório e iniciada a fluência do prazo fixado no art. 54 da Lei federal nº 9.784/1999, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/2001, determinar, de ofício, que o Corpo Técnico reavalie a concessão, submetendo-a, com a urgência que o caso requer, à apreciação do Plenário.*”.

17. Ante o exposto, em harmonia com o Corpo Técnico, acolhendo o adendo proposto pelo *Parquet*, VOTO no sentido de que o Plenário:

I - tenha por cumprida a Decisão nº 3.684/2020;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

II - considere tacitamente registrada, nos termos do Tema de Repercussão Geral nº 445 do STF e da Decisão nº 3.770/21, o ato de aposentadoria em exame;

III – determine ao Corpo Técnico, nos termos do artigo 54 da Lei federal nº 9.784/1999, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/2001, que reavalie a concessão, submetendo-a, com a urgência que o caso requer, à apreciação do Plenário;

IV - autorize o retorno dos autos à Sefipe, para as providências cabíveis.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2022.

**MÁRCIO MICHEL**  
Conselheiro-Relator